

# Artigo 114 Código Penal Comentado: Entendendo a Prescrição da Multa

escrito por Dr. Ademilson Carvalho | dezembro 26, 2024



O Artigo 114 do Código Penal é um tema crucial para todos que se interessam por direito penal. Ele trata da prescrição da pena de multa, um assunto que muitas vezes é envolvido em complexidade e requer uma análise cuidadosa para ser verdadeiramente compreendido. **A prescrição para a pena de multa ocorrerá em dois anos quando a multa for a única pena cominada ou aplicada, mas os prazos podem mudar se a multa for aplicada juntamente com uma pena de detenção.** Isso faz com que a leitura do artigo e seu comentário seja essencial, não só para acadêmicos, mas também para juristas interessados em suas implicações práticas.

A história e o desenvolvimento do Artigo 114 revelam nuances que vão além de seu texto literal. A interpretação e aplicação dessa norma podem ter impactos significativos no campo do direito penal e na prática jurídica como um todo. Este artigo busca esclarecer essas nuances, contextualizando o leitor dentro do cenário legislativo e jurídico atual.

## Pontos Importantes

- A prescrição da multa conforme o Artigo 114 leva dois anos em casos de multa única.
- As nuances e impactos do artigo são essenciais para a

prática jurídica.

- A extração e interpretação dos aspectos históricos e normativos são fundamentais.

## Contexto Histórico do Artigo 114 do Código Penal



O **Artigo 114 do Código Penal** brasileiro foi alterado pela Lei nº 9.268 de 1996. Essa legislação introduziu normas específicas para a prescrição da pena de multa, respondendo a uma necessidade de uniformização e clareza no tratamento jurídico das penalidades financeiras em processos penais.

Anteriormente, a legislação não especificava com clareza o prazo de prescrição para multas de forma exclusiva, o que gerava dúvidas e interpretações variadas nos tribunais. A partir da mudança, estabeleceu-se que a prescrição ocorreria em dois anos quando a multa fosse a única penalidade aplicada.

Além disso, para casos em que a multa é aplicada em conjunto com penas privativas de liberdade, o prazo de prescrição da multa passou a seguir o mesmo prazo da pena privativa de

liberdade associada. Esta abordagem reconhece a relevância das penas monetárias e busca harmonizá-las com as demais sanções penais.

Essas modificações visam assegurar que penas de multa sejam eficientes e praticáveis dentro do sistema de justiça. Ao definir regras claras, garantiu-se uma melhor aplicação legislativa e uma administração mais justa das punições penais.

Essas alterações refletem esforços legislativos de ajustar normas às necessidades práticas do sistema jurídico brasileiro, visando um tratamento equitativo e claro das condutas ilícitas e suas sanções. Essas mudanças trouxeram melhorias significativas na coerência legal e no entendimento sobre a prescrição de penas de multa.

## **Estrutura Normativa**

No direito penal brasileiro, a prescrição da pena de multa é regulada por estruturas normativas específicas que definem prazos conforme o tipo de pena. Essas normas determinam o tempo adequado para a aplicação ou execução das penalidades, atuando como garantia de direitos dos condenados.

## **Aspectos Gerais da Prescrição**

A prescrição da pena de multa no Brasil é estruturada no [Artigo 114 do Código Penal](#). Esta norma estabelece prazos específicos: dois anos para multas aplicadas isoladamente e prazos idênticos aos da pena privativa de liberdade para as multas que são alternativas ou cumulativas. A prescrição serve como um mecanismo jurídico para promover a segurança e a estabilidade jurídica, assegurando que penalidades não sejam aplicadas indefinidamente. Ela evita que a pena de multa permaneça passível de execução após decorrido um tempo considerável desde a sentença, equilibrando a eficácia das penalidades com a proteção dos direitos fundamentais.

# Características da Multa no Direito Penal

A multa no contexto penal brasileiro é uma sanção que pode ser única, alternativa ou cumulada com a pena privativa de liberdade. Segundo o [Artigo 114 do Código Penal](#), a execução da pena de multa está sujeita a prazos prescricionais que variam conforme sua aplicação. Quando aplicada isoladamente, a multa prescreve em dois anos; se aplicada junto com penas privativas de liberdade, o mesmo prazo destas se aplica. Esta estruturação busca garantir que a imposição de multas seja eficaz e alinhada com os princípios do direito penal, servindo tanto como medida punitiva quanto dissuasória.

## Análise da Prescrição da Multa

A prescrição da pena de multa no Código Penal brasileiro versa sobre os prazos e condições sob os quais o Estado pode exigir a execução de sanções pecuniárias. Elementos jurídicos fundamentais e os períodos de prescrição são cruciais para compreender essa área do direito penal.

## Fundamentos Jurídicos

A prescrição da multa está definida no [artigo 114 do Código Penal](#). Este artigo estabelece duas situações distintas. Primeiro, destaca que a prescrição ocorrerá em dois anos quando a multa for a única sanção aplicada. Segundo, a prescrição segue o mesmo prazo das penas privativas de liberdade quando aplicada juntamente com outras sanções.

Esses fundamentos são essenciais, pois garantem que a penalidade não possa ser executada indefinidamente, preservando princípios de certeza e segurança jurídica. As decisões do Superior Tribunal de Justiça sobre esse tema confirmam a importância desses fundamentos. A análise cuidadosa dessas disposições ajuda a garantir o equilíbrio entre a punição e os direitos legais dos condenados.

# Prazos Prescricionais

Os prazos prescricionais para a pena de multa são criteriosamente definidos. Quando a multa é a única pena, a prescrição ocorre em dois anos. O [Superior Tribunal de Justiça](#) frequentemente analisa casos para assegurar a correta aplicação desses prazos.

Com penas adicionais, os prazos seguem aqueles das penas mais severas. Isso reflete um alinhamento com a estrutura geral do direito penal brasileiro. Considerar esses prazos é fundamental para advogados e magistrados ao avaliar a capacidade do Estado de impor multas, garantindo que as sanções sejam aplicadas de forma justa e dentro dos limites legais estabelecidos.

## Aplicação Prática do Artigo 114



O Artigo 114 do Código Penal Brasileiro regula a prescrição da pena de multa. A aplicação prática deste artigo é melhor compreendida por meio de análises de jurisprudências e de casos emblemáticos que exemplificam como essa prescrição é efetivamente aplicada.

## Jurisprudência Pertinente

Diversas decisões judiciais têm se baseado no Artigo 114 para determinar o prazo de prescrição de multas penais. Por exemplo, o artigo estabelece que a prescrição ocorre em dois anos quando a multa é a única pena aplicada, seguindo as diretrizes do [Código Penal](#). Além disso, quando a multa é cumulativa à pena privativa de liberdade, o prazo de prescrição segue o tempo desta última, conforme discutido em [jurisprudências](#). Essa aplicação prática é crucial para garantir que as penas sejam cumpridas de forma eficiente e dentro dos limites legais.

## Casos Emblemáticos

Alguns casos do passado ilustram a importância do Artigo 114 na definição prática de penas. Em certas condenações onde a multa foi a única punição, a prescrição efetivamente ocorreu no prazo bienal mencionado no código. Por outro lado, casos onde houve uma combinação de multa e pena de reclusão mostraram a flexibilização do prazo de prescrição, alinhando-se à duração da pena mais severa, conforme estabelecido pelo [princípio da especialidade](#). Estes exemplos são valiosos para entender como o sistema penal brasileiro utiliza as disposições legais para administrar a justiça.

## Questões Processuais da Prescrição

As questões processuais ligadas à prescrição têm nuances importantes que devem ser entendidas em cada fase do processo penal. É essencial diferenciar as implicações na fase de conhecimento e na fase de execução.

### Fase de Conhecimento

Na fase de conhecimento, a prescrição atua diretamente sobre o tempo necessário para que o Estado julgue e condene um

indivíduo. O prazo prescricional é calculado com base na pena máxima prevista para o crime. De acordo com o artigo 109 do Código Penal, o tempo varia. Por exemplo, enquanto crimes com pena superior a 12 anos prescrevem em 20 anos, penas mais leves têm prazos mais curtos. Durante essa fase, interrupções e suspensões podem ocorrer por razões como recursos ou incidentes processuais, influenciando o prazo prescricional.

Estratégias judiciais podem ser desenvolvidas para acelerar ou retardar o processo. Advogados devem estar atentos às interrupções, pois decisões judiciais podem prolongar o prazo, alterando o desenrolar do processo. O acompanhamento cuidadoso das datas de prescrição é crucial para assegurar a não extinção da punibilidade antes do trânsito em julgado da sentença.

## **Fase de Execução**

Na fase de execução, a prescrição se refere ao tempo que o Estado tem para executar a pena após a condenação. O prazo prescricional é calculado com base na pena definitivamente aplicada. Nessa fase, são especialmente relevantes os casos de condenações a penas restritivas de direitos ou penas de multa, como mencionado em fontes como as [questões de Direito Penal](#).

Na fase de execução, a interrupção da prescrição pode ocorrer com o início ou suspensão do cumprimento da pena. Outras causas de interrupção incluem a fuga do apenado ou o fato de ele praticar novo crime. Evidenciar essas condições é essencial para advogados defensores e promotores, garantindo que a pena seja devidamente executada conforme as normas legais.

## **Impactos no Direito Penal e**

# Criminologia

**Artigo 114** do Código Penal trata da prescrição da multa, e isso tem implicações significativas no campo do Direito Penal. A prescrição de penas influencia a eficácia das sentenças, pois estabelece um limite de tempo para a execução das multas após uma condenação.

O impacto nas práticas de **criminologia** se observa na análise de reincidência e prevenção. Quando multas não são pagas ou caducam, pode-se questionar o efeito dissuasivo da punição. Este artigo assegura que penalidades financeiras se tornem efetivas apenas dentro de períodos específicos.

| Aspecto               | Impacto   |
|-----------------------|---|
| Efetividade das penas | Diminuição do efeito dissuasivo sem cumprimento |
| Tempo de execução     | Limita ações da Fazenda Pública                 |

A Lei 9.268/96 alterou a forma de entender a multa como uma [dívida de valor](#), impactando assim a administração de penas. O reconhecimento dessa dívida no Direito Penal incentiva a aplicação de políticas públicas eficazes na recuperação de créditos judiciais.

Essas mudanças também tocam em questões de justiça e equidade, assegurando que o Estado busque a execução de multas dentro de um tempo razoável para evitar injustiças. Portanto, o Artigo 114 exerce influência crucial sobre como as multas são geridas no sistema penal brasileiro.

## Comentários Finais e Perspectivas Futuras



A prescrição da multa no **Código Penal Brasileiro**, conforme o [Artigo 114](#), é um tema crucial para o direito penal. Considerar o prazo de dois anos quando a multa é a única pena aplicada ressalta a importância de prazos claros na execução penal.

A discussão sobre o **caráter fiscal da multa** levanta questões sobre sua aplicação. A decisão da 3ª Câmara Criminal do TJ-PR, que considera a multa uma dívida de valor sujeita a um prazo de prescrição de cinco anos conforme o [Código Tributário Nacional](#), pode influenciar futuras interpretações legais.

**Tabelas comparativas** entre as diversas interpretações dos prazos de prescrição podem ser úteis. Por exemplo:

| <b>Interpretação</b> | <b>Prazo de Prescrição</b> |
|----------------------|----------------------------|
| Código Penal         | 2 anos                     |
| Código Tributário    | 5 anos                     |

**Perspectivas futuras** envolvem a possibilidade de ajustes legislativos. Discutir como possíveis reformas podem impactar a aplicação da multa no contexto penal é relevante. A evolução das interpretações judiciais pode continuar a moldar a forma como essas normas são implementadas.

Desenvolvimentos futuros podem exigir mais clareza e uniformidade na aplicação das regras de prescrição, assegurando que a justiça seja efetiva e uniforme ao longo do tempo. Isso reforça a necessidade de um entendimento claro entre operadores do direito sobre os prazos e suas implicações práticas.

## **FAQ**

A prescrição da pena de multa segundo o art. 114 do Código Penal envolve o cálculo detalhado dos prazos prescricionais e os diferentes critérios usados para esta contagem. Além disso, a jurisprudência influencia significativamente como esses prazos são aplicados e ajustados, dependendo das circunstâncias de cada caso.

### **Como é calculado o prazo prescricional da pena de multa segundo o STJ e STF?**

O cálculo do prazo prescricional da pena de multa é frequentemente orientado por decisões do [STJ](#) e STF, que fornecem interpretações legais específicas. Essas decisões podem levar em conta fatores como o valor da multa e decisões anteriores.

### **Quais são os critérios para a contagem do prazo de prescrição da pena de multa?**

A contagem do prazo de prescrição da pena de multa considera o valor monetário da multa e outros aspectos legais. Por exemplo, o [Código Penal](#) estabelece que, se o valor não ultrapassar 100 vezes o salário mínimo, o prazo máximo de prescrição pode ser mais curto.

### **Em que circunstâncias o prazo**

## **prescricional da pena de multa pode ser interrompido ou suspenso?**

O prazo prescricional da pena de multa pode ser interrompido ou suspenso por várias razões, como o reconhecimento de recursos legais ou a negociação de penas alternativas. Esses fatores são cruciais na determinação de quando o prazo prescricional deve recomeçar ou ser pausado.

## **Qual é a influência da jurisprudência na aplicação do art. 114 do Código Penal no que tange à prescrição da pena de multa?**

A jurisprudência desempenha um papel vital na aplicação do art. 114, definindo precedentes importantes sobre como as leis são interpretadas e aplicadas. As decisões judiciais moldam a compreensão e a execução das regras de prescrição.

## **Quais são os marcos iniciais comuns para a contagem do prazo de prescrição da pena de multa no Direito Penal Brasileiro?**

Os marcos iniciais comuns incluem o trânsito em julgado da sentença penal condenatória. É a partir deste momento que o prazo começa a ser contado, sendo fundamental no cronograma para a execução das sanções pecuniárias.

## **Quantos tipos de prescrição são reconhecidos pelo ordenamento jurídico penal brasileiro e quais suas características?**

O ordenamento jurídico penal brasileiro reconhece mais de um tipo de prescrição, como a prescrição da pretensão punitiva e a prescrição da pretensão executória. Cada tipo tem suas

próprias características e condições que determinam sua aplicação. Essas prescrições são regidas por normas específicas e se aplicam a contextos distintos.